



Largo do Paço
4704-553 Braga – P

Universidade do Minho
Unidade de Serviços dos Sistemas de Informação e Comunicações

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL REF^a CCP USSIC - 22/2025 PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE DE VOZ E DADOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SUPORTE, NAS INSTALAÇÕES DA UNIVERSIDADE DO MINHO

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Artigo 1^o

Objeto

- 1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de suporte de voz e dados, incluindo o fornecimento equipamentos de suporte, nas instalações da Universidade do Minho, nos termos, condições e características dele constantes, nas suas partes I e II, bem como das especificações técnicas descritas nos Anexos que deste fazem parte integrante.
- 2 – Os serviços a prestar e dos equipamentos de suporte a fornecer encontram-se agrupados de acordo com os seguintes lotes:
- a. Lote I – Serviços de comunicações de dados WAN, Serviço de acesso analógico e Serviço de internet com interface de acesso analógico;
 - b. Lote II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados;
 - c. Lote III – Serviço de locação de dois pares de Fibra Ótica Escura;
 - d. Lote IV – Serviço de manutenção e acesso a novas versões de software operativo para equipamentos de comunicações;
 - e. Lote V – Serviço de manutenção para os equipamentos servidores, software e terminais IP de voz;
 - f. Lote VI – Serviço de manutenção preventiva e corretiva para unidades de alimentação ininterrupta (UPS);
- 3 – Cada lote possui um ou mais anexos – Anexos A.1.1, A.1.2, A.1.3, A.2, A.3, A.4, A.5 e A.6 –, devidamente identificados, em que se encontram descritas as especificações técnicas inerentes a cada lote.
- 4 – As quantidades indicadas neste caderno de encargos são estimadas, não vinculando a UMinho à aquisição/consumo total das mesmas, podendo estas ser alteradas em função das necessidades.

Artigo 2^o

Contrato

- 1 – O contrato a celebrar será reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do referido diploma.
- 2 – Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos, independentemente da sua redução a escrito, os seguintes documentos:
- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, quando este for reduzido a escrito, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º deste mesmo diploma legal.

5 – Quando a redução do contrato a escrito não seja exigida ou venha a ser dispensada, nos termos previstos no artigo 95.º do CCP, entende-se que o contrato resultará da conjugação do caderno de encargos com a proposta adjudicada, não se podendo, porém, dar início a qualquer aspeto da sua execução antes de decorrido o prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP, e, em qualquer caso, nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, da comprovação da prestação da caução, quando esta for devida, e da confirmação dos compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

Artigo 3º

Duração do contrato

1 – O contrato referente ao **Lote IV, Lote V e Lote VI**:

- a) Mantém-se em vigor pelo **prazo inicial de 1 (um) ano** e, salvo oposição de qualquer uma das partes, considera-se automática e sucessivamente renovado por iguais períodos de tempo, até ao **limite de 3 (três) anos**, correspondente a 2 (duas) renovações, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato;
- b) Sem prejuízo do disposto na alínea seguinte, os contratos devem entrar em vigor no dia seguinte à data da respetiva celebração;
- c) O contrato não pode iniciar a sua vigência e produzir quaisquer efeitos antes da data prevista para o término do(s) contrato(s) que, com o mesmo objeto principal, se encontre(m) em vigor, exceto se o valor do(s) referido(s) contrato(s) for consumido antes dessa data:

Contrato	Data de fim prevista
Lote IV	19-07-2025
Lote V	13-09-2025
Lote VI	13-09-2025

- d) Para os efeitos da alínea a) do número 1, qualquer uma das partes se poderá opor à renovação automática do contrato, mediante comunicação à outra parte, por meio de carta registada com aviso de receção, com uma antecedência não inferior a 60 (sessenta) dias da data em que renovação opera;

2 – O contrato referente ao **Lote I, Lote II e Lote III**:

- a) O contrato mantém-se em vigor pelo **prazo máximo de 3 (três) anos** ou até ser atingido durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação;
- b) Sem prejuízo do disposto na alínea seguinte, os contratos devem entrar em vigor no dia seguinte à data da respetiva celebração;
- c) O contrato não pode iniciar a sua vigência e produzir quaisquer efeitos antes da data prevista para o término do(s) contrato(s) que, com o mesmo objeto principal, se encontre(m) em vigor, exceto se o valor do(s) referido(s) contrato(s) for consumido antes dessa:

Contrato	Data de fim prevista
Lote I	19-07-2025
Lote II	19-07-2025
Lote III	19-07-2025

3 – Na contagem dos prazos referidos no presente artigo incluem-se sábados, domingos e feriados.

Artigo 4º

Local e condições de entrega dos bens

1 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações da Unidade de Serviços de Sistemas de Informação e Comunicações entre as 9:30-12:00h e as 14:30-17:00h.

2 – O adjudicatário obriga-se a entregar os bens objeto do contrato em conformidade com os termos e especificações

estabelecidos no presente caderno de encargos, tendo em conta a respetiva natureza e o fim a que se destinam.

3 – Todos os bens objeto do contrato e respetivas peças e componentes devem ser novos.

4 – O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, as respetivas fichas técnicas e todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, em língua portuguesa, exceto se outra for expressamente aceite pela Universidade do Minho.

5 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

6 – O transporte para o local da entrega é da inteira responsabilidade do adjudicatário, ficando este obrigado a recorrer a todos os meios necessários para garantir a segurança e integridade dos bens a transportar, bem como a suportar todos os custos que daí advierem.

Artigo 5º

Garantia

1 – Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos a contar da data da assinatura da declaração de aceitação dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens.

2 – A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra.

3 – A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela Universidade do Minho e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Artigo 6º

Obrigações principais do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Prestar serviços de suporte de voz e dados, incluindo o fornecimento de equipamentos de suporte nas instalações da Universidade do Minho, de acordo com as características técnicas e funcionais especificadas no presente caderno de encargos, nos respetivos anexos e demais documentos contratuais, bem como emitir relatórios de níveis de serviços, se solicitados, que permitam à UMinho monitorizar o contrato celebrado;
- b) Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
- c) Ter ao seu serviço pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação técnica;
- d) Assegurar que os funcionários se apresentam devidamente identificados;
- e) Cumprir com todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a todo o seu pessoal, assegurando tal procedimento junto de eventuais subcontratados, respondendo plenamente pela sua observância perante a entidade adjudicante;
- f) Comunicar à UMinho a nomeação do Gestor de Cliente responsável pelo contrato celebrado e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- g) Assegurar que para todas as matérias colocadas pela UMinho ao respetivo Gestor de Cliente, o tempo de resposta não exceda 10 (dez) dias úteis, nas situações normais e 3 (três) dias úteis nas situações urgentes;
- h) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à UMinho, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- i) Não alterar as condições da prestação dos serviços;

- j) Comunicar, antecipadamente, à UMinho, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
 - k) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que se executa o serviço, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
 - l) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação tributária e perante a segurança social regularizadas;
 - m) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica ou situação comercial, bem como as alterações aos contratos e moradas indicadas no contrato para a sua gestão;
 - n) Não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização da UMinho.
- 2 – O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das prestações contratuais a que está obrigado.

Artigo 7º

Encargos com direitos de propriedade intelectual ou industrial

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato celebrado, de direitos de propriedade intelectual ou industrial, nos termos do artigo 447.º do CCP.

Artigo 8º

Pessoal

- 1 – O adjudicatário fica responsável pelo integral cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação em vigor, designadamente:
- a) Encargos sociais, seguros de responsabilidade civil e acidentes de trabalho, estragos causados pelo pessoal afeto à prestação e ainda quaisquer danos diretamente imputados ao mesmo.
 - b) A duração e organização do tempo de trabalho dos funcionários da empresa adjudicatária deve respeitar o que se encontra estabelecido na legislação inerente e todos os instrumentos de regulação coletiva aplicáveis ao sector.

Artigo 9º

Objeto e prazo do dever de sigilo

- 1 – O adjudicatário deve guardar sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando as condições estabelecidas no presente contrato ou informações e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à UMinho, que no âmbito da formação e da execução do contrato, possa ter conhecimento, incluindo os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros neles envolvidos, salvo com o consentimento expresso da UMinho.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4 – O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pela UMinho, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 10.º

Regulamento de Proteção de Dados

- 1 – O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”) e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito dos serviços a prestar ao abrigo do contrato a celebrar.

2 – O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra pessoa, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela Universidade do Minho ao abrigo do contrato a celebrar, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Universidade do Minho ou pelos titulares dos dados no exercício dos seus respetivos direitos.

3 – O adjudicatário obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Universidade do Minho contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.

4 – As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

5 – O adjudicatário compromete-se a que o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do contrato a celebrar será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações assumidas.

6 – O adjudicatário obriga-se a comunicar à Universidade do Minho qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para a fazer cessar de imediato.

7 – O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Universidade do Minho vier a incorrer em consequência do tratamento, por si ou pelo seu pessoal, de dados pessoais ou em violação das normas legais aplicáveis, quando tal violação seja imputável ao adjudicatário e solidária com o pessoal no âmbito do serviço prestado, quando a violação seja imputável à atuação destes últimos.

Artigo 11º

Preço Base

1 – O preço base do presente procedimento é estabelecido em **601 851,29€ (seiscentos e um mil, oitocentos e cinquenta e um euros e vinte e nove cêntimos)**, sendo este o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações objeto do contrato, incluindo as respetivas renovações, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP.

2 – O preço base estabelecido para cada lote, entendido como preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações que compõem o respetivo lote, incluindo as renovações do contrato, corresponde aos seguintes valores acrescidos de IVA, se legalmente devido:

LOTE	PREÇO BASE
I – Serviços de comunicações de dados WAN, Serviço de acesso analógico e Serviço de internet com interface de acesso analógico	119 676,00 € (cento e dezanove mil seiscentos e setenta e seis euros)
II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados	184 280,29 € (cento e oitenta e quatro mil duzentos e oitenta euros e vinte e nove cêntimos)
III – Serviço de locação de dois pares de Fibra Ótica Escura	35 000,00 € (trinta e cinco mil euros)
IV – Serviço de manutenção e acesso a novas versões de software operativo para equipamentos de comunicações	155 100,00 € (cento e cinquenta e cinco mil e cem euros)
V – Serviço de manutenção para os equipamentos servidores, software e terminais IP de voz	75 295,00 € (setenta e um mil, setecentos e cinquenta euros)
VI – Serviço de manutenção preventiva e corretiva para unidades de alimentação ininterrupta (UPS)	32 500,00 € (trinta e dois mil e quinhentos euros)

3 – Os preços unitários máximos (s/ IVA) que a UMinho se dispõe a pagar pelos serviços que compõem os lotes I, II, IV e V estão fixados nos artigos 7.º, 8.º, 9.º, 11.º e 13.º da Parte II do presente Caderno de Encargos.

Artigo 12º

Preço contratual e condições de pagamento

1 – Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a UMinho deve pagar ao adjudicatário **os preços constantes da proposta adjudicada**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, considerando:

- a) Relativamente ao **Lote I** e ao **Lote II**, respetivamente:
- O **preço total** proposto para a execução dos "Serviços base";
 - O **preço unitário** (por minuto/sms/MMS/tráfego de dados) proposto para a execução dos "Serviços extra - tarifários", multiplicado pelas quantidades efetivas decorrentes da execução do contrato. O somatório destes preços unitários multiplicados pelas quantidades efetivamente consumidas não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço total proposto para a execução dos "Serviços extra – tarifários", nos termos do artigo 4.º da parte II;
 - O **preço unitário** (por mês/pacote diário) proposto para a execução dos "Serviços extra - serviços adicionais", multiplicado pelas quantidades efetivas decorrentes da execução do contrato. O somatório destes preços unitários multiplicados pelas quantidades efetivamente consumidas não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço total proposto para a execução dos "Serviços extra – serviços adicionais", nos termos do artigo 5.º da parte II.
- b) Relativamente ao **Lote III**, o preço total proposto para a execução de todas as prestações objeto do contrato.
- c) Relativamente ao **Lote IV**:
- O **preço total** proposto para a execução dos "Serviços base";
 - O **preço unitário** (por hora) proposto para os "Serviços extra - serviços adicionais de apoio técnico profissional", multiplicado pelas quantidades efetivas decorrentes da execução do contrato. O somatório destes preços unitários multiplicados pelas quantidades efetivamente consumidas não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço total proposto para a execução de serviços extra, nos termos do artigo 10.º da parte II.
- d) Relativamente ao **Lote V**:
- O **preço total** proposto para a execução dos "Serviços base";
 - O **preço unitário** (por hora) proposto para a execução dos "Serviços extra - serviços adicionais de apoio técnico profissional", multiplicado pelas quantidades efetivas decorrentes da execução do contrato. O somatório destes preços unitários multiplicados pelas quantidades efetivamente consumidas não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço total proposto para a execução de serviços extra, nos termos do artigo 12.º da parte II.
- e) Relativamente ao **Lote VI**, o preço total proposto para a execução de todas as prestações objeto do contrato.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contratante público, designadamente com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – As quantias devidas pela UMinho devem ser pagas mensalmente, no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e desde que cumpridas as formalidades legais exigidas.

4 – Para efeitos do número anterior, só serão devidos os valores referentes aos serviços efetivamente prestados, pelo adjudicatário, e devidamente requisitados e validados, pela UMinho, vencendo-se a obrigação, mensalmente, no primeiro dia do mês seguinte à prestação dos serviços a que respeita.

5 – Em caso de discordância por parte da UMinho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6 – Independentemente do referido nos números anteriores, os pagamentos a efetuar ao abrigo do objeto do contrato só serão efetuados depois de verificados todos os formalismos legais a que obedecem as despesas públicas.

Artigo 13º

Auditorias aos serviços prestados e aos bens fornecidos

A qualquer momento, a Universidade do Minho ou outras entidades mandatadas para o efeito podem solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade dos serviços prestados, incluindo os bens fornecidos, objeto do presente contrato, do cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções.

Artigo 14º

Alterações ao contrato

- 1 – Qualquer alteração ao contrato deverá constar de documento escrito assinado pelos outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
- 2 – O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
- 3 – A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Artigo 15º

Gestor do contrato

- 1 – A UMinho procederá à designação de um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.
- 2 – No desempenho das suas funções o Gestor do Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.
- 3 – Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
- 4 – O adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato, designado pela Universidade do Minho, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

Artigo 16º

Penalidades contratuais

- 1 – O incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, confere à Universidade do Minho o direito à aplicação de sanção pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos do artigo 329.º do CCP, designadamente:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de prestação dos serviços objeto do contrato, até 2% do preço contratual, por cada dia de atraso.
- 2 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a UMinho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- 3 – A acumulação das penas pecuniárias previstas no presente artigo não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da resolução do contrato nos termos legais.
- 4 – Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Universidade do Minho decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
- 5 – Para efeitos dos limites previstos nos n.ºs 3 e 4, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
- 6 – Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.
- 7 – A UMinho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
- 8 – As penas pecuniárias eventualmente aplicáveis ao adjudicatário não obstam a que a UMinho exija uma indemnização pelo dano excedente.
- 9 – Em caso de atraso da UMinho no cumprimento das suas obrigações pecuniárias, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.

Artigo 17º

Revogação do contrato

O presente contrato pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo escrito, assinado pelos legais representantes de ambas as partes, do qual deve constar a referência ao presente contrato e seus aditamentos, bem como a data de início da produção de efeitos da revogação.

Artigo 18º

Resolução por parte do contraente público

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade do Minho pode resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Artigo 19º

Resolução por parte do adjudicatário

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- 2 – O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos do Artigo 27.º.
- 3 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Universidade do Minho, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Artigo 20º

Casos fortuitos ou de força maior

- 1 – Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, que se reconduzem expressamente a tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, exceto as que resultem de incumprimentos de deveres e normas legais a que está obrigado.
- 2 – A parte que invoca casos fortuitos ou de força maior deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
- 3 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 21º

Transição dos serviços objeto do contrato

Em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do contrato para a UMinho ou para terceiro por esta designado, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços objeto do contrato, a mínima perturbação destes, e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

Artigo 22º

Execução e liberação de caução

- 1 – A caução prestada pelo adjudicatário para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento das obrigações emergentes da sua celebração, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela Universidade do Minho, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
- 2 – A resolução do contrato pela Universidade do Minho não impede a execução da caução.
- 3 – A execução parcial ou total da caução prestada pelo cocontratante constitui o fornecedor na obrigação de proceder à reposição do respetivo valor, no prazo de 15 dias, após a notificação da Universidade do Minho para esse efeito.
- 4 – A caução a que se refere os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 23ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

O adjudicatário não poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia e por escrito da UMinho e nos termos do previsto no Código dos Contratos Públicos.

Artigo 24ª

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, nos termos do artigo 18.º, o cocontratante deverá ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 318.º-A do CCP.

Artigo 25ª

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser aprovadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domínio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26ª

Trabalhadores afetos à execução do contrato

1 – Os trabalhadores afetos a contratos de aquisição de serviços cujo prazo seja superior a um ano devem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.

2 – Os trabalhadores afetos a contratos de aquisição de serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de execução do contrato.

3 – O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.

4 – O disposto nos n.ºs 1 e 2 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

5 – O adjudicatário é inteiramente responsável por assegurar o cumprimento destas obrigações, em conformidade com o disposto no artigo 419.º-A do CCP, por remissão do número 2 do artigo 451.º do mesmo diploma.

Artigo 27ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes da interpretação ou execução do contrato fica estipulada a competência do juízo de contratos públicos do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 28ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.



Largo do Paço
4704-553 Braga – P

Universidade do Minho
Unidade de Serviços dos Sistemas de Informação e Comunicações

PARTE II

Cláusulas Especiais

Artigo 1º

Objeto do concurso e prazo de execução

O presente concurso tem por objeto a prestação dos serviços de suporte de voz e dados, incluindo o fornecimento equipamentos de suporte, nas instalações da Universidade do Minho, agrupado em 6 lotes, devidamente discriminados na Parte I, mediante a celebração de contratos, com duração devidamente discriminada na Parte I, nos termos legais aplicáveis.

Artigo 2º

Local da prestação

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados nos locais devidamente discriminados nos Anexos de cada Lote.

Artigo 3º

Especificações dos serviços

Na execução do objeto contratual, e em todos os atos que lhe dizem respeito, o adjudicatário obriga-se a fornecer os serviços de suporte de voz e dados, incluindo o fornecimento equipamentos de suporte, nos horários devidamente estipulados, de acordo com as especificações técnicas constantes nos Anexos de cada Lote.

Artigo 4º

Serviços extra – Tarifários

1 – Para os serviços a prestar referentes ao Lote I e ao Lote II, é necessário que seja permitido, adicionalmente ao consumo definido nos serviços base dos cartões e serviços a contratar, o estabelecimento de comunicações de voz e dados para os vários destinos fixos e móveis, nacionais e internacionais, conforme definido nas especificações técnicas do Lote I e do Lote II e, permitido o serviço de Roaming conforme definido nas especificações técnicas do Lote II.

2 – No seguimento do ponto anterior, foi definido como Serviços Extra – Tarifários, o referente à contabilização do preço do Tarifário a aplicar para os destinos das comunicações de voz e dados, aplicado por minuto, SMS, MMS e tráfego de dados e, como fator de multiplicação para o consumo estimado o resultado da análise efetuada aos destinos e serviços mais utilizados e da estimativa de necessidades da UMinho, para a duração do período a contratar no âmbito deste procedimento, incluído no cálculo do Preço Base para os referidos lotes.

3 – Em adição aos ‘Serviços Extra – Tarifários’, o item ‘Limite adicional de comunicações’ é um valor adicional a considerar relativo a quantidades de consumos de comunicações adicionais decorrentes da variabilidade a aplicar para a globalidade dos destinos das comunicações de voz e dados, para a duração do período a contratar no âmbito deste procedimento, incluído no cálculo do Preço Base para os referidos lotes.

Artigo 5º

Serviços extra – Serviços Adicionais do Lote I e do Lote II

1 – Para os serviços a prestar referentes ao Lote I e ao Lote II, no âmbito do presente procedimento, pode ser necessário a ativação de Serviços Adicionais aos serviços base, de acordo com as especificações técnicas referentes aos referidos lotes.

2 – No seguimento do ponto anterior, foi definido como Serviços Extra – Serviços Adicionais, o referente ao preço dos serviços e pacotes de serviços adicionais e, como fator de multiplicação para o consumo estimado o resultado da análise aos serviços mais utilizados e da estimativa de necessidades da UMinho, para a duração do período a contratar no âmbito deste procedimento, incluído no cálculo do Preço Base para os referidos lotes.

3 – Em adição aos ‘Serviços Extra – Serviços Adicionais’, o item ‘Limite adicional de Serviços Extra’ é um valor adicional a considerar relativo a quantidades de consumos adicionais de serviços decorrentes da variabilidade a aplicar para a globalidade dos serviços e pacotes de serviços adicionais, para a duração do período a contratar no âmbito deste procedimento, incluído no cálculo do Preço Base para os referidos lotes.

Artigo 6º

Terminais móveis de comunicações do Lote II

1 – Para os serviços a prestar referentes ao Lote II, o adjudicatário deve fornecer uma listagem dos equipamentos Terminais móveis de comunicações de voz e dados a disponibilizar no âmbito do presente procedimento e, de acordo com as Tipologias e opções referidas no Anexo A.2.

2 – Os gestores da UMinho, após contrato a celebrar ao abrigo deste concurso, informarão qual a opção referente aos equipamentos Terminais móveis de comunicações de voz e dados.

3 – Os equipamentos necessários para usufruir do serviço contratado devem ser disponibilizados sem qualquer custo, à exceção do valor mensal da proposta a concurso, de acordo com as especificações técnicas identificadas do Anexo A.2.

4 – No final do contrato, todos os equipamentos terminais móveis de comunicações solicitados ao abrigo deste procedimento, ficam na propriedade da UMinho, sem qualquer custo adicional.

Artigo 7º

Valor máximo de serviços base do Lote I e do Lote II

Para o Lote I e para o Lote II, o valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar para cada um dos serviços que compõem os respetivos lotes, corresponde aos seguintes valores mensais acrescidos de IVA, se legalmente devido:

LOTE	Serviço	Valor máximo mensal
I – Serviços de comunicações de dados WAN, Serviço de acesso analógico e Serviço de internet com interface de acesso analógico	Serviços WAN	3.100,00€ (três mil e cem euros)
I – Serviços de comunicações de dados WAN, Serviço de acesso analógico e Serviço de internet com interface de acesso analógico	'Acesso à Internet com interface de acesso analógico' (Valor unitário)	18,00€ (dezoito euros)
II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados	Cartão Tipo S1 (com subsídio de equipamento)	55,00€ (cinquenta e cinco euros)
II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados	Cartão Tipo S2 (com subsídio de equipamento)	46,00€ (quarenta e seis euros)
II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados	Cartão Tipo S3 (com subsídio de equipamento)	25,00€ (vinte e cinco euros)
II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados	Cartão Tipo B1 (com subsídio de equipamento)	32,00€ (trinta e dois euros)
II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados	Cartão Tipo B2 (com subsídio de equipamento)	19,00€ (dezanove euros)
II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados	Cartão Tipo B3 (com subsídio de equipamento)	11,00€ (onze euros)
II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados	Cartão Tipo M1 (sem subsídio de equipamento)	1,50€ (um euro e cinquenta cêntimos)
II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados	Pacote Partilhado de Internet de 60GB para cartões Tipo S1, S2 e S3	75,00€ (setenta e cinco euros)
II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados	Pacote Partilhado de dados em circuito fechado Máquina a Máquina (M2M) de 30GB para cartões Tipo M1	73,00€ (setenta e três euros)
II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados	Pacote Individual de Roaming 500 min/SMS + 500MB EUA e Suíça para cartões Tipo S1	17,00€ (dezassete euros)

Nota: Valores máximos unitários, em euros, sem inclusão do IVA, por mês, para os serviços apresentados na tabela supra.

Artigo 8º

Valor máximo de serviços extra – Tarifários do Lote I e do Lote II

Para o Lote I e para o Lote II, o valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelos itens identificados de chamadas de voz, SMS, MMS e tráfego de dados, extra mensalidade, que compõem os respetivos lotes, corresponde aos seguintes valores acrescidos de IVA, se legalmente devido:

LOTE	Serviço	Tarifários/Destino (extra mensalidade)	Valor máximo
I	Serviço de internet com interface de acesso analógico	Chamada de voz: Fixo Nacional (prefixo 2)	0,040 €
I	Serviço de internet com interface de acesso analógico	Chamada de voz: Nómada (prefixo 3)	0,040 €
I	Serviço de internet com interface de acesso analógico	Chamada de voz: Móvel Nacional mesmo operador (no caso de o operador não possuir serviços Móveis Nacionais, este valor deve ser igual ao valor 'Móvel Nacional outros operadores')	0,100 €
I	Serviço de internet com interface de acesso analógico	Chamada de voz: Móvel Nacional outros operadores	0,100 €
I	Serviço de acesso analógico	Chamada de voz: Fixo Nacional (prefixo 2)	0,040 €
I	Serviço de acesso analógico	Chamada de voz: Nómada (prefixo 3)	0,040 €
I	Serviço de acesso analógico	Chamada de voz: Móvel Nacional mesmo operador (no caso de o operador não possuir serviços Móveis Nacionais, este valor deve ser igual ao valor 'Móvel Nacional outros operadores')	0,050 €
I	Serviço de acesso analógico	Chamada de voz: Móvel Nacional outros operadores	0,050 €
II	Tipo S1	Chamada de voz: Fixo Nacional (prefixo 2)	0,035 €
II	Tipo S1	Chamada de voz: Nómada (prefixo 3)	0,035 €
II	Tipo S1	Chamada de voz: Móvel Nacional mesmo operador	0,040 €
II	Tipo S1	Chamada de voz: Móvel Nacional outros operadores	0,040 €
II	Tipo S1	SMS: Móvel Nacional mesmo operador	0,040 €
II	Tipo S1	SMS: Móvel Nacional outros operadores	0,040 €
II	Tipo S1	MMS: Móvel Nacional mesmo operador	0,055 €
II	Tipo S1	MMS: Móvel Nacional outros operadores	0,055 €
II	Tipo S2	Chamada de voz: Fixo Nacional (prefixo 2)	0,035 €
II	Tipo S2	Chamada de voz: Nómada (prefixo 3)	0,035 €
II	Tipo S2	Chamada de voz: Móvel Nacional mesmo operador	0,040 €
II	Tipo S2	Chamada de voz: Móvel Nacional outros operadores	0,040 €
II	Tipo S2	SMS: Móvel Nacional mesmo operador	0,040 €
II	Tipo S2	SMS: Móvel Nacional outros operadores	0,040 €
II	Tipo S2	MMS: Móvel Nacional mesmo operador	0,055 €
II	Tipo S2	MMS: Móvel Nacional outros operadores	0,055 €

II	Tipo S3	Chamada de voz: Fixo Nacional (prefixo 2)	0,035 €
II	Tipo S3	Chamada de voz: Nómada (prefixo 3)	0,035 €
II	Tipo S3	Chamada de voz: Móvel Nacional mesmo operador	0,040 €
II	Tipo S3	Chamada de voz: Móvel Nacional outros operadores	0,040 €
II	Tipo S3	SMS: Móvel Nacional mesmo operador	0,040 €
II	Tipo S3	SMS: Móvel Nacional outros operadores	0,040 €
II	Tipo S3	MMS: Móvel Nacional mesmo operador	0,290 €
II	Tipo S3	MMS: Móvel Nacional outros operadores	0,290 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: União Europeia	0,042 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: África do Sul	0,325 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: Angola	0,337 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: Brasil	0,355 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: Cabo Verde	0,385 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: Canadá	0,062 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: Estados Unidos	0,062 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: Macau	0,313 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: Marrocos	0,433 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: Moçambique	0,385 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: Suíça	0,220 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: Tunísia	0,475 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz Internacional: Resto do Mundo (rede fixa e móvel)	1,255 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: África do Sul	1,265 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Angola	1,471 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Brasil	2,335 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Cabo Verde	1,555 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Canadá	1,315 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: China	2,320 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Coreia do Sul	2,230 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Emirados Árabes Unidos	2,590 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Estados Unidos	1,315 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Guiné-Bissau	2,230 €

II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Guiné Equatorial	2,170 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Macau	2,101 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Marrocos	1,525 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Moçambique	1,315 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Suíça	1,825 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Tunísia	3,276 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: África do Sul	0,555 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Angola	0,555 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Brasil	0,555 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Cabo Verde	0,555 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Canadá	0,627 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: China	1,085 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Coreia do Sul	1,025 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Emirados Árabes Unidos	1,025 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Estados Unidos	0,555 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Guiné-Bissau	1,025 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Guiné Equatorial	1,025 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Macau	1,025 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Marrocos	0,555 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Moçambique	0,555 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Suíça	0,555 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Chamada de voz recebida no país em Roaming: Tunísia	1,605 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: África do Sul	0,603 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Angola	0,648 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Brasil	0,410 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Cabo Verde	0,497 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Canadá	0,356 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: China	0,377 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Coreia do Sul	0,636 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Estados Unidos	0,354 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Emirados Árabes Unidos	0,411 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Guiné-Bissau	0,896 €

II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Guiné Equatorial	0,993 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Macau	0,368 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Marrocos	0,366 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Moçambique	0,425 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Suíça	0,404 €
II	Tipo S1, S2 e S3	Dados por 100KB no país em Roaming: Tunísia	0,458 €
II	Tipo B1, B2 e B3	SMS: Móvel Nacional mesmo operador	0,074 €
II	Tipo B1, B2 e B3	SMS: Móvel Nacional outros operadores	0,074 €
II	Tipo M1	SMS: Móvel Nacional mesmo operador	0,054 €
II	Tipo M1	SMS: Móvel Nacional outros operadores	0,054 €

Nota: Valores máximos unitários, em euros, sem inclusão do IVA, por minuto, SMS, MMS e tráfego de dados, para os serviços apresentados na tabela supra.

Artigo 9º

Valor máximo de serviços extra – Serviços Adicionais do Lote I e do Lote II

Para o Lote I e para o Lote II, o valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por serviços e pacotes de serviços adicionais, extra mensalidade, corresponde aos seguintes valores mensais acrescidos de IVA, se legalmente devido:

LOTE	Serviço	SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais (extra mensalidade)	Valor máximo mensal
I	Serviços WAN	(1.sa.1) Mensalidade adicional de circuitos WAN de 100Mbps, em que se solicite aumento da Largura de Banda para 200Mbps	135,00 €
I	Serviços WAN	(1.sa.2) Mensalidade adicional de circuitos WAN de 100Mbps, em que se solicite aumento da Largura de Banda para 500Mbps	152,00 €
I	Serviços WAN	(1.sa.3) Mensalidade adicional de circuitos WAN de 200Mbps, em que se solicite aumento da Largura de Banda para 500Mbps	152,00 €
I	Serviço de internet com interface de acesso analógico	(1.sa.4) Mensalidade 'Acesso à Internet com interface de acesso analógico'	22,00 €
I	Serviço de acesso analógico	(1.sa.5) Mensalidade 'Acesso Analógico'	16,00 €
II	Tipo S1	(2.sa.1) Mensalidade Cartão S1 (sem subsídio de equipamento)	46,50 €
II	Tipo S2	(2.sa.2) Mensalidade Cartão S2 (sem subsídio de equipamento)	40,00 €
II	Tipo S3	(2.sa.3) Mensalidade Cartão S3 (sem subsídio de equipamento)	22,00 €
II	Tipo B1	(2.sa.4) Mensalidade Cartão B1 (sem subsídio de equipamento)	30,00 €
II	Tipo B2	(2.sa.5) Mensalidade Cartão B2 (sem subsídio de equipamento)	17,00 €
II	Tipo B3	(2.sa.6) Mensalidade Cartão B3 (sem subsídio de equipamento)	10,00 €
II	Tipo M1	(2.sa.7) Mensalidade Cartão M1 (sem subsídio de equipamento)	1,50 €
II	Tipo S1, S2 e S3	(2.sa.8) Mensalidade Pacote Partilhado de Internet de 60GB para cartões Tipo S1, S2 e S3	96,00 €

II	Tipo M1	(2.sa.9) Mensalidade Pacote Partilhado de dados em circuito fechado Máquina a Máquina (M2M) de 30GB para cartões Tipo M1	72,00 €
II	Tipo S1	(2.sa.10) Mensalidade Pacote Individual de Roaming 500 min/SMS + 500MB EUA e Suíça para cartões Tipo S1	54,00 €
II	Tipo S1, S2 e S3	(2.sa.11) Pacote de Roaming diário de 50 min/SMS e 50MB para cartões Tipo S1, S2 e S3 (África do Sul, Brasil, Canadá, Emirados Árabes Unidos, EUA, México, Moçambique)	80,00 €

Nota: Valores máximos unitários, em euros, sem inclusão do IVA, da mensalidade (Lote I e Lote II), do pacote diário (Lote II), para os serviços e pacotes apresentados na tabela supra.

Artigo 10º

Serviços extra – Serviços Adicionais de apoio técnico profissional do Lote IV

- 1 – Para os serviços a prestar referentes ao Lote IV, no âmbito do presente procedimento, deve estar previsto a necessidade de requisição de Serviços Adicionais aos serviços base, de acordo com as especificações técnicas referente ao referido lote.
- 2 – No seguimento do ponto anterior, foi definido como Serviços Extra – Serviços Adicionais de apoio técnico profissional, o referente ao preço dos serviços adicionais e, como fator de multiplicação para o consumo estimado o resultado da análise aos serviços mais utilizados e da estimativa de necessidades da UMinho, para a duração do período a contratar no âmbito deste procedimento, incluído no cálculo do Preço Base para o referido lote.

Artigo 11º

Valor máximo de serviços extra – Serviços Adicionais de apoio técnico profissional do Lote IV

Para o Lote IV, o valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por serviços adicionais, extra mensalidade, corresponde aos seguintes valores por hora acrescidos de IVA, se legalmente devido:

LOTE	Serviço	SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais de apoio técnico profissional (extra mensalidade)	Valor máximo hora
IV	Assistência técnica não enquadrada (Horário AT Laboral)	(4.sa.1) Valor hora do serviço de apoio técnico profissional não enquadrado na manutenção preventiva ou corretiva em Horário AT Laboral	72,00€
IV	Assistência técnica não enquadrada (Horário AT Não Laboral)	(4.sa.2) Valor hora do serviço de apoio técnico profissional não enquadrado na manutenção preventiva ou corretiva em Horário AT Não Laboral	81,00€

Nota: Valores máximos unitários, em euros, sem inclusão do IVA, do valor hora, para os serviços apresentados na tabela supra.

Artigo 12º

Serviços extra – Serviços Adicionais de apoio técnico profissional do Lote V

- 1 – Para os serviços a prestar referentes ao Lote V, no âmbito do presente procedimento, deve estar previsto a necessidade de requisição de Serviços Adicionais aos serviços base, de acordo com as especificações técnicas referente ao referido lote.
- 2 – No seguimento do ponto anterior, foi definido como Serviços Extra – Serviços Adicionais de apoio técnico profissional, o referente ao preço dos serviços adicionais e, como fator de multiplicação para o consumo estimado o resultado da análise aos serviços mais utilizados e da estimativa de necessidades da UMinho, para a duração do período a contratar no âmbito deste procedimento, incluído no cálculo do Preço Base para o referido lote.

Artigo 13º

Valor máximo de serviços extra – Serviços Adicionais de apoio técnico profissional do Lote V

Para o Lote V, o valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por serviços adicionais, extra mensalidade, corresponde aos seguintes valores por hora acrescidos de IVA, se legalmente devido:

LOTE	Serviço	SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais de apoio técnico profissional (extra mensalidade)	Valor máximo hora
V	Assistência técnica não enquadrada (Horário AT Laboral)	(5.sa.1) Valor hora do serviço de apoio técnico profissional não enquadrado na manutenção preventiva ou corretiva em Horário AT Laboral	71,00€
V	Assistência técnica não enquadrada (Horário AT Não Laboral)	(5.sa.2) Valor hora do serviço de apoio técnico profissional não enquadrado na manutenção preventiva ou corretiva em Horário AT Não Laboral	135,00€

Nota: Valores máximos unitários, em euros, sem inclusão do IVA, do valor hora, para os serviços apresentados na tabela supra.